



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Ambiente e Sociedade [ST]

TRABALHO FEMININO NO CAMPO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO SEMIÁRIDO: UM ESTUDO NAS COMUNIDADES BAIXIO GRANDE (ASSARÉ) E MOCOTÓ (VÁRZEA ALEGRE)

SILVA, Milanya Ribeiro da

Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável/CDS-UnB, Universidade Federal do Oeste da Bahia,
milanyaribeiro@gmail.com

BRASIL, Adelia Alencar

Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável/PRODER-UFCA, Universidade Federal do Cariri, adelia.brasil@yahoo.com.br

CHACON, Suely Salgueiro

Dourado em Desenvolvimento Sustentável/CDS-UnB, Universidade Federal do Ceará,
suelychacon@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar a experiência vivenciada por mulheres nas comunidades Baixio Grande (município de Assaré) e Mocotó (município de Várzea Alegre), localizadas no Semiárido cearense. Essas mulheres, por meio de suas atividades produtivas, introduziram em suas comunidades novas maneiras de garantir uma vida digna nessa região e preservar o meio ambiente. Com o intuito de alcançar o objetivo proposto foram realizadas observação participante e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados foi feita utilizando a triangulação das informações. O Semiárido, devido à irregularidade das chuvas, o clima seco, a exploração desordenada da terra, o desmatamento e as práticas predatórias, é uma região com alta propensão à desertificação e bastante vulnerável às atuais e futuras mudanças climáticas. As atividades realizadas pelas mulheres na agricultura familiar vêm se configurando como uma importante alternativa para a construção de sistemas produtivos mais resilientes às modificações do clima. Por meio da pesquisa de campo realizada foi possível perceber que as mulheres das comunidades Baixio Grande e Mocotó, além de dinamizarem a produção agropecuária, passaram a desenvolver atividades mais adaptadas às características do clima Semiárido do que as atividades que antes eram centrais nas comunidades. Nessas atividades as mulheres estão estabelecendo um novo tipo de relação com a natureza, uma relação de respeito e cuidado.

Abstract

The objective of this study is to present an experience of women in the communities Baixio Grande (municipality of Assaré) and Mocotó (municipality of Várzea Alegre), located in Ceará semiarid region. These women, through their productive activities, introduced in their communities new ways to ensure a dignified life in the region and preserve the environment. In order to achieve the objective proposed were conducted participant observation and semi-structured interviews. The data analysis was done using the triangulation of the information. The semiarid region due to irregular rainfall, dry climate, disorderly exploitation of ground, deforestation and predatory practices, is a region with high propensity to desertification and quite vulnerable to current and future climate change. The activities carried out by women in family farms have been developing as an important alternative to promotion of production systems more resilient to climate change. Through conducted field research it was revealed that the women in the communities Baixio Grande and Mocotó managed to boost agricultural production and began to develop activities more adapted to semi-arid climate of the activities that were previously carried out in the communities. In these activities women are establishing a new type of relationship with nature, a relationship of respect and care.

Palavras-chave: Trabalho da Mulher. Meio Ambiente. Semiárido Nordestino.

Keywords: Women's Work. Environment. Semi-arid Northeast.

[COM0763]

Introdução

O modelo de desenvolvimento idealizado e concebido pelo ocidente traz como principal objetivo a modernização das sociedades pós-coloniais, porém não tem sido capaz de garantir a alardeada melhoria das condições de vida das populações do Sul. Ao contrário, o processo de desenvolvimento adotado acarretou o aumento das desigualdades econômicas e de sexo e gerou graves problemas ambientais como a contaminação dos solos, do ar e da água, a diminuição da biodiversidade e a desertificação. A crise ambiental vem gerando impactos globais que ameaçam a sobrevivência da vida na terra, porém comprometem principalmente os meios de vida das populações mais pobres, particularmente das mulheres (Braidotti, 1994).

No Semiárido as atividades realizadas pelas mulheres agricultoras vem se apresentando como ações fundamentais para a implementação de sistemas produtivos resilientes, adequados às características edafoclimáticas e adaptados às mudanças do clima (Santos, 2013). Esse artigo tem como objetivo apresentar a experiência vivenciada por mulheres em duas comunidades localizadas no Semiárido cearense, que por meio de suas atividades produtivas introduziram em suas comunidades novas maneiras de garantir uma vida digna nessa região. Com o intuito de alcançar o objetivo proposto foram realizadas observação participante e entrevista semiestruturadas. A análise dos dados foi feita por meio da triangulação das informações.

Contudo, não se pretende com essa pesquisa construir modelos para serem reproduzidos em outras comunidades no Semiárido. A proposta aqui é a de que, tornando visível as ações desenvolvidas por essas mulheres, possamos ampliar o debate sobre o importante papel que as mulheres tem para o planejamento e concretização de um desenvolvimento justo, incluyente e que preserve a natureza.

O trabalho, além dessa introdução e das considerações finais, está dividido em três partes. A primeira contextualiza a degradação ambiental na região do Semiárido brasileiro. A segunda parte introduz o tema da agricultura familiar e aborda o trabalho realizado pelas mulheres no campo. Por fim, a terceira parte traz um relato sobre a ação das mulheres na diversificação da produção agropecuária na comunidade Baixio Grande (Assaré) e na comunidade de Mocotó (Várzea Alegre).

Degradação Ambiental no Semiárido

Com uma área de 982.566 Km², o Semiárido brasileiro ocupa 18,2% do território nacional e 53% da região Nordeste (ASA, 2009). Aproximadamente 12% da população brasileira, que corresponde a 22,5 milhões de pessoas, moram em região semiárida (IBGE, 2011). O Semiárido brasileiro é marcado pelo clima árido e seco. As precipitações pluviométricas, que variam entre 300mm e 800 mm anuais, ocorrem de forma concentrada em alguns meses do ano. As chuvas nessa região são irregulares, não sendo possível definir com precisão quando e em quais localidades ocorrerão novas precipitações (Baptista; Campos, 2013a; Schistek, 2013).

Os recorrentes períodos de estiagem e a falta de acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos e criação de animais vêm historicamente afetando a vida das pessoas que habitam essa região (Gomes, 2001; Marengo, 2008). No entanto, para Chacon (2007), o fenômeno da seca não pode ser compreendido apenas em relação ao clima, mesmo sendo este um fator preponderante, principalmente quando buscamos entender os efeitos da seca para o território do Semiárido e para a sua população. Questões como a grande concentração de terra e renda, o intenso fluxo migratório para outras regiões do país que acarreta em uma desarticulação da estrutura familiar, do sistema produtivo e dos valores culturais e a postura conformista de grande parte da população decorrente principalmente de ações políticas protecionistas e clientelistas, influenciam a perpetuação de um cenário de miséria no Semiárido. As políticas públicas para essa região tiveram, e ainda têm, como objetivo trazer algumas mudanças que amenizem de forma imediata os conflitos que surgem nos períodos de seca, porém nunca trataram dos pontos essenciais que permeiam o fenômeno, mantendo assim a dependência da região em relação às intervenções do governo (Bursztyjn, 1985; Chacon, 2007).

O clima do Semiárido foi historicamente colocado como um fator de desvantagem regional e como o responsável pelo seu não desenvolvimento, criando assim a visão do “clima-flagelo”. A seca como a grande causadora das mazelas que assolavam o Semiárido tornou-se o mote central de atuação de órgãos federais que foram criados com o objetivo de promover o desenvolvimento regional dessa parte do país, a exemplo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Porém, a despeito da criação dessas entidades, os problemas socioambientais relacionados à seca continuaram (Nobre, 2011)

Assim como as demais regiões semiáridas do mundo, essa é uma área com alta propensão à desertificação. Segundo Marengo (2008) essa é uma das regiões mais vulneráveis às atuais e futuras mudanças no clima do Brasil. No entanto, a propensão à desertificação não é devida apenas à irregularidades das chuvas na região, segundo Baptista e Campos (2013a), aliado a isso estão a forma de exploração da terra, o desmatamento, as queimadas e as práticas predatórias. A degradação gradual e contínua dos recursos ambientais têm intensificado esse processo e acarretado graves problemas sociais. Parte significativa dos solos no Semiárido encontram-se degradados e as águas superficiais e subterrâneas disponíveis possuem níveis de poluição que impossibilitam a sua utilização para o consumo humano (CEARÁ, 2010).

A devastação da Caatinga também tem acarretado grandes danos ambientais e intensificado o processo de desertificação no Semiárido (Leal et al, 2005). No Semiárido “tem-se buscado muito mais adaptar o ambiente às necessidades do homem do que o contrário. Desse modo, a expansão das atividades praticadas no campo depende sempre da remoção do descobrimento vegetal primário” (CEARÁ, p. 33, 2010).

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro. A vegetação da Caatinga é composta principalmente por espécies lenhosas, cactáceas, bromeliáceas e pequenas herbáceas, que em períodos de escassez de chuvas perdem as suas folhagens. Podem ser encontradas na Caatinga mais de 900 espécies de plantas vasculares, sendo 380 endêmicas e 20 gêneros pertencentes a 42 famílias. A sua fauna também é rica e diversa. É possível encontrar na Caatinga 185 espécies de peixes, 154 espécies de répteis e anfíbios, 348 de peixes e 148 de mamíferos (Barbosa, 2010). A degradação do bioma Caatinga ocorre principalmente por causa do corte de madeira para a produção de lenha, a caça de animais e o desmatamento da vegetação para a ampliação de pastagem para bovinos e caprinos e para o plantio de culturas de ciclo curto (Barbosa, 2010; LEAL et al, 2005). No período de 2007 a 2013 foram desmatados mais de 16.500 km² da Caatinga. Os estados que mais tiveram a vegetação comprometida foram a Bahia e o Ceará, que, juntos, tiveram 9.000 Km² de área devastada (Barbosa, 2010). Cavalcanti (2011) aponta que:

[...] historicamente o uso dos recursos naturais da região é baseado por concepções imediatistas guiadas pelo modelo de desenvolvimento e de organização socioeconômica, implantado naquele espaço. O resultado tem sido um processo intenso de degradação socioambiental da região, seja por quem tem acesso e concentra os recursos naturais, seja por quem os pressiona no pouco ou nenhum espaço que tem, por estratégia de sobrevivência (Cavalcanti, p. 82, 2011)

As famílias que vivem nas áreas rurais do Semiárido e que trabalham na agricultura familiar são fortemente afetadas pelas alterações no clima, pois, em geral, já vivem em situação de pobreza devido à fragilidade da atividade agrícola na região, consequência da falta de acesso à tecnologias apropriadas de produção, ausência de capacitação técnica e da própria devastação da Caatinga (Gomes, 2001; Carvalho; Egler, 2003).

Agricultura Familiar e o Trabalho Feminino no Campo

O termo “agricultura familiar” surge no cenário brasileiro nos anos 1990. Os debates sobre o tema no Brasil iniciaram tardiamente quando comparados à países da Europa e foram influenciados por três acontecimentos principais. Um deles foi a adoção do termo por parte dos movimentos sociais que, em meio aos impactos da abertura comercial, da dificuldade de acesso ao crédito e da queda dos preços de exportação dos produtos agrícolas, encontrou na categoria de agricultor familiar um maneira de agregar trabalhadores assentados,

arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria e outros, que já não mais se adequavam à concepção de pequenos produtores ou trabalhadores rurais (Schneider, 2003).

Outro importante acontecimento para a ampliação dos debates sobre a agricultura familiar no Brasil, segundo Schneider (2003), foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. O PRONAF foi uma resposta do Estado brasileiro às pressões dos trabalhadores do movimento sindical rural. Esses trabalhadores vinham sendo deixados de lado das políticas públicas desde a década de 1980 e enfrentavam grandes dificuldades para permanecerem com suas atividades produtivas. O PRONAF tem como objetivo fortalecer a produção da agricultura familiar por meio da concessão de crédito e apoio financeiro, ampliando assim a geração de emprego e renda nos espaços rurais e contribuindo para melhoria da qualidade de vida dos agricultores que acessam ao crédito e de suas famílias (Schneider; Mattei; Cazella, 2004). A partir da criação do PRONAF os sindicatos rurais, principalmente os das regiões Sul e Nordeste, fortaleceram as reivindicações entorno da formulação de mais políticas públicas específicas para essa nova categoria, a de agricultores familiares (Schneider, 2003).

O terceiro acontecimento foi a retomada do debate acadêmico sobre a ruralidade no final da década de 1990, que até então havia atraído a atenção de poucos pesquisadores. As discussões, antes focalizadas nas temáticas da reforma agrária, dos assentamentos, os progressos tecnológicos e as migrações, foram ampliadas para as novas temáticas que envolviam a agricultura familiar, o mercado de trabalho e a dinâmica ocupacional das populações que vivem no meio rural. Outros temas relacionados às questões ambientais e a sustentabilidade, também foram sendo fortalecidos nesse período (Schneider, 2003).

O trabalho realizado na agricultura familiar é organizado a partir da própria família, suas necessidades, composição e força de trabalho, e por essa razão faz-se necessário compreender essa organização levando-se em consideração a divisão das atividades entre os membros da família (Medeiros; Ribeiro, 2003). A sociedade atribui características e aptidões distintas para mulheres e homens, conseqüentemente, vinculadas a essas características e aptidões, haveriam tarefas, comportamentos e responsabilidades próprias para cada um dos sexos. Dessa forma, mulheres e homens assumem papéis e padrões de comportamento condicionados pela introjeção dessas percepções culturais (Rua; Abramovay, 2000). De acordo com a identificação cultural que condiciona os papéis de cada um na vida familiar, às mulheres caberia a reprodução social da família e aos homens a provisão das necessidades (Medeiros; Ribeiro, 2003).

As mulheres que vivem em áreas rurais em geral exercem atividades vinculadas à esfera reprodutiva, enquanto os homens executam atividades vinculadas à esfera produtiva, atividades essas com maior valor agregado e passível de remuneração. Apesar de o trabalho feminino estar atrelado principalmente à reprodução (cuidado com a casa e com os filhos), as mulheres executam também atividades produtivas, porém com baixa ou nenhuma remuneração. Quando as mulheres realizam atividades produtivas, sua responsabilidade com as atividades reprodutivas não diminuem, o que ocorre é um aumento da carga de trabalho exercido por elas, isso se deve à construção de uma identidade feminina atrelada principalmente às funções maternas e aos cuidados domésticos (Faria, 2009).

Na agricultura, mulheres e crianças geralmente ocupam posição de subordinação em relação ao trabalho que é realizado pelos homens. Mesmo quando as mulheres participam da produção agropecuária junto com os homens, seu trabalho é considerado apenas como auxiliar, pois elas não assumem responsabilidades econômicas, como venda de produtos e compra de insumos, por exemplo. As atividades típicas das mulheres e crianças no meio rural estão relacionadas com a limpeza da terra, colheita, separação, processamento e embalagem dos produtos agrícolas, cuidado com os animais e cuidado com horta e pomar, principalmente quando estes produtos são consumidos pela própria família (Brumer, 2004; Rua; Abramovay, 2000).

Para Brumer (2004) são evidências da posição subordinada das mulheres na atividade agrícola: (a) a força de trabalho empenhada pelas mulheres nas atividades produtivas para fins comerciais é apenas somada à um esforço coletivo, centralizado na figura masculina, e atribui-se a esse trabalho das mulheres o status de “ajuda”;

(b) o trabalho das mulheres, mesmo quando na esfera produtiva, em geral ocorre apenas no interior do estabelecimento, ficando a cargo dos homens os contatos externos com fornecedores, compradores, sindicato, cooperativa, bancos e assistência técnica; (c) as mulheres, na maioria das vezes, não tem acesso ao conhecimento tecnológico necessário para a administração do estabelecimento; e, (d) as mulheres não participam da administração e decisões de investimento dos recursos obtidos com a atividade produtiva.

O que há, portanto, é um não reconhecimento, uma invisibilização do trabalho realizado pelas mulheres. Esse fato pode ser verificado principalmente pelo alto número de mulheres moradoras da zona rural que não recebem qualquer tipo de remuneração. O trabalho doméstico é visto como algo próprio do gênero feminino, “um jeito de ser mulher” que compõe a sua identidade primária (Melo; Considera; DI SABBATO, 2005; FARIA, 2009), e as atividades produtivas aparecem em segundo plano, mesmo que sejam executadas durante várias horas por dia, como um trabalho complementar ao que realizado pelo marido. Segundo Melo e Di Sabbato (2006), a invisibilidade do trabalho das mulheres e a inferioridade do papel feminino está presente em nossa sociedade como um todo, porém aparece de forma mais acentuada no meio rural devido à introjeção dessa cultura patriarcal de dominação masculina inclusive por parte das próprias mulheres.

A Dinâmica do Trabalho Feminino nas Comunidades Rurais Baixio Grande e Mocotó

As comunidades rurais estudadas localizam-se nos municípios de Assaré e Várzea Alegre, interior do Ceará, e compõem a macrorregião do Cariri Centro-Sul (Figura 1). A comunidade Baixio Grande (Assaré) e a comunidade Mocotó (Várzea Alegre) sempre tiveram na agricultura de subsistência a sua principal atividade produtiva. O milho e o feijão eram colhidos e armazenados pelas famílias das comunidades em suas próprias residências para serem consumidos durante todo o ano. A plantação de mandioca e de hortaliças era geralmente realizada em um pequeno espaço no entorno da própria casa, trabalho esse feito quase que exclusivamente pelas mulheres. Na comunidade de Mocotó as mulheres também se dedicavam à produção artesanal de redes de dormir, atividade tradicional no município de Várzea Alegre.

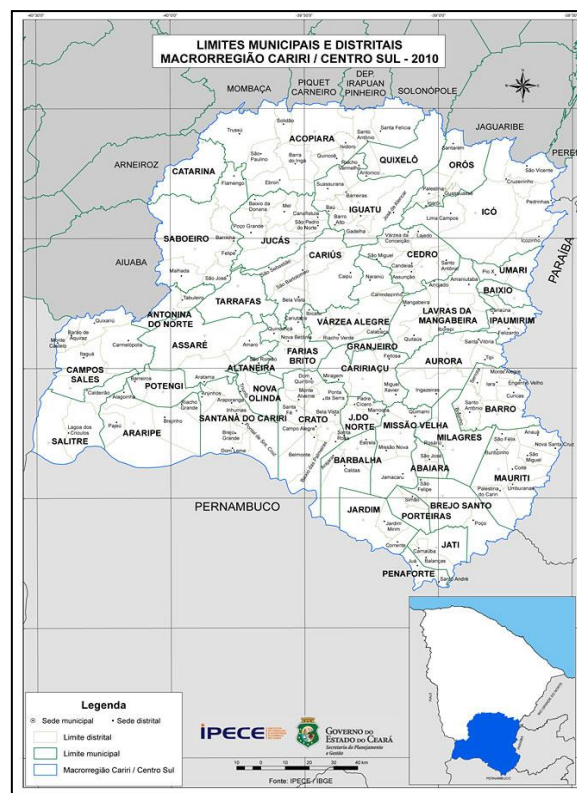


Figura 1 – Localização dos municípios de Assaré e Várzea Alegre. IPECE, 2011

Assim como ocorre em várias comunidades rurais localizadas no Semiárido, muitos homens saíam das comunidades Baixio Grande e Mocotó nos períodos de seca para buscarem trabalho em outras regiões do país. As mulheres permaneciam cuidando da casa, das crianças, dos idosos e da pequena propriedade, enquanto esperavam que seus maridos enviassem algum dinheiro ou retornassem para casa quando a chuva voltava a cair. Um marco importante para ambas as comunidades foi o engajamento dos moradores, com forte participação feminina, no trabalho associativo. A Associação Comunitária de Mocotó foi criada em 1988 como o resultado de uma articulação entre mulheres artesãs da comunidade, que já se encontravam organizadas em um grupo de produção, e instituições parceiras. A primeira presidente da associação foi uma mulher, desde então os demais cargos de direção são em sua maioria ocupados por mulheres. Na comunidade Baixio Grande os moradores a princípio integraram a Associação dos Pequenos Produtores Rurais, criada em 1999, que reunia pequenos produtores e grupos comunitários de vários sítios próximos. Posteriormente, em 2007, foram criadas a Associação das Artesãs de Palha de Milho do Sítio Baixio Grande e a Associação Assentamento Irmãos Brasil. A Associação das Artesãs de Palha de Milho do Sítio Baixio Grande foi fundada e é composta apenas por mulheres. A Associação Assentamento Irmãos Brasil hoje também tem uma mulher ocupando o cargo de presidente.

É possível perceber que em ambas as comunidades existe uma atuação feminina importante no trabalho associativo e que trouxeram mudanças significativas para todos os moradores das comunidades. Por intermédio das associações as comunidades passaram a ter acesso à energia elétrica e à água de qualidade para o consumo humano, para a agricultura e para os animais. Isso possibilitou uma dinamização das atividades produtivas nas comunidades, em especial para as mulheres, que eram então as responsáveis pela captação de água para o consumo doméstico, para o cultivo de plantas no entorno da casa e para os animais de pequeno porte, tendo que percorrer longas distâncias para isso. A fala de uma das entrevistadas relata as dificuldades enfrentadas por elas para buscar água:

Porque a água tinha que tirar era de um buraco bem pequenininho pra depois a pessoa subir com 18 litros de água na moringa pra botar na cabeça, pra trazer água todo dia minha gente pra botar nos potes pra beber, era um sofrimento. (M. M. O, Comunidade de Mocotó)

Na comunidade de Mocotó a água para o abastecimento humano é captada de um poço, levada até uma caixa d'água por meio de uma bomba para ser tratada e depois distribuída para as casas da comunidade. A água utilizada na irrigação e para o consumo dos animais é proveniente de uma barragem pública. Na comunidade Baixio Grande a água para consumo humano é obtida pela captação da água da chuva armazenada em cisternas de placas e a água para as plantações e para os animais advém de poço ou cacimbão.

As associações também tornaram-se espaços de discussão e reivindicações que possibilitaram aos moradores das comunidades um maior acesso às políticas públicas, capacitações e crédito. Com o acesso a esses recursos, as mulheres perceberam que poderiam incrementar suas atividades produtivas por meio da inserção de novos cultivos e ampliação da criação de animais, enquanto seus maridos continuavam dedicados ao cultivo do feijão e do milho e à criação de gado bovino. Iniciou-se então nessas comunidades um processo de ampliação da produção de hortaliças, frutas e criação de caprinos, galinhas e porcos, e na comunidade Baixio Grande também houve a inserção da criação de ovinos e abelhas.

Na comunidade Baixio Grande a diversificação da produção foi tomando proporções maiores até que parte das terras que antes abrigavam plantações de milho, feijão e arroz passaram a ser utilizadas para a alternância de cultivos de hortaliças e frutas. Atualmente o milho e o feijão representam uma parcela pequena da produção da comunidade. O foco produtivo é a plantação de hortifrúteis e a criação de animais de pequeno porte, que, além de garantirem a segurança alimentar dos moradores da comunidade, são a principal fonte de renda dos agricultores familiares que ali residem. Os produtos são comercializados em feiras locais e fornecidos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹ e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)².



Figura 1 – Plantação de hortaliças na comunidade Baixio Grande. Brasil, 2014

Dentro do Assentamento Rural Irmãos Brasil, na comunidade Baixio Grande, a produção é completamente livre de agrotóxico. As produtoras utilizam biofertilizantes feitos na própria comunidade com resíduos da lavoura e esterco.

Na comunidade de Mocotó a diversidade produtiva vem contribuindo principalmente para uma melhoria da qualidade da alimentação e da saúde dos moradores, pois a produção em sua maioria ainda é destinada para a subsistência. Em muitas famílias a principal, ou única, fonte de renda está na produção artesanal de redes de dormir. Apenas algumas famílias têm a produção de frutas e verduras como fonte de renda e uma das famílias cultiva frutas para a produção caseira de poupas. Assim como na comunidade Baixio Grande, os agricultores familiares vendem seus produtos para feiras locais e fornecem para o PAA e para o PNAE.

Essas novas atividades produtivas das comunidades pesquisadas, além dos benefícios sociais e econômicos já evidenciados, vêm contribuindo para a qualidade ambiental dessas localidades. Para Galindo (2008) a interação entre as diferentes culturas possibilitam uma melhor utilização da terra, contribui para uma maior proteção e enriquecimento do solo, reduz a incidência de pragas e garante a diversidade alimentar para os agricultores familiares. No entanto as políticas públicas e os programas de crédito tem incentivado a monocultura e desvalorizado a policultura como uma importante estratégia para um desenvolvimento sustentável do Semiárido.

Para a criação de animais no Semiárido, em geral é adotado o sistema semiextensivo ou extensivo onde os animais se alimentam basicamente da vegetação nativa da caatinga. Quando o número de animais excede à capacidade de alimento disponível no ecossistema ocorrem alterações ambientais que podem vir a comprometer a composição da vegetação nativa e a qualidade do solo, devido à perda de cobertura vegetal e ao pisoteio. A longo prazo, essas atividades contribuem para o processo de degradação da vegetação e do solo e, consequentemente, intensificam o processo de desertificação (Andrade *et al*, 2006). A pecuária tem sido uma das principais causas da degradação da caatinga, por isso é importante o desenvolvimento de um suporte forrageiro que aproveite as espécies nativas da caatinga, mas que sejam compatíveis com o potencial de recuperação da vegetação, e também o fortalecimento da cultura de estoque nessa região para que a pressão sobre a caatinga não se intensifique em períodos de estiagem (Andrade *et al*, 2006; Baptista; Campos, 2013b).

Com o aumento das criações de variedades de animais de pequeno porte como galinhas, bodes, cabras e ovelhas, também foi introduzido nas comunidades a produção de forrageira com espécies nativas da caatinga e a ensilagem, com o objetivo de garantir a alimentação dos animais mesmo em períodos de seca. Em ambas as

comunidades o milho tem sido a forrageira mais utilizada no processo de ensilagem, porém na comunidade Baixio Grande o sorgo, planta mais adaptada ao clima semiárido, vem sendo introduzido na alimentação animal.

Nas comunidades estudadas as produções de legumes, frutas e ervas medicinais nos arredores das casas, atividade tradicionalmente desenvolvida pelas mulheres, também estão sendo intensificadas principalmente por duas razões, uma é o maior acesso à água, a outra é a utilização de compostagem para enriquecimento do solo. A compostagem é feita com os restos de comida gerados pelo consumo da própria família e estrume. Para Rocha (2013) é no entorno das casas, também conhecidos como quintais produtivos, que se encontram a maior diversidade de produtos utilizados na alimentação das pessoas que vivem no meio rural, esse é também um “laboratório da propriedade” onde são “testadas” maneiras de preservar a biodiversidade de plantas e animais.

O Semiárido Nordestino desde 2012 vem enfrentando períodos consecutivos de estiagem, no entanto os moradores das comunidades pesquisadas então convivendo de forma diferente com essa realidade quando comparados a anos anteriores e a outras comunidades próximas. Melhores condições de acesso à água e a políticas públicas e a diversidade produtiva, que garante a alimentação e o sustento financeiro, realizada com práticas que visam o cuidado e a preservação da natureza tem permitido aos moradores dessas comunidades uma vida digna mesmo em períodos considerados críticos como os de seca.

Considerações Finais

Por meio dos dados coletados e analisados de acordo com o referencial teórico proposto foi possível perceber que em ambas as comunidades estudadas existe uma grande visibilidade do trabalho que é realizado pelas mulheres, inclusive atraindo a força de trabalho do núcleo familiar para essas atividades. A posição ocupada pelas mulheres das comunidades Baixio Grande e Mocotó nos espaços de planejamento da comunidade, contribuindo para o fortalecimento da produção, mas principalmente para a conquista de melhorias sociais, tem se mostrado fundamental para o reconhecimento do papel feminino para além do espaço reprodutivo, mas também no espaço produtivo (produzindo e gerenciando) e no espaço político.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres tanto na agricultura quanto na pecuária estão mais adaptadas às irregularidades das chuvas e às altas temperaturas, características do clima Semiárido, do que as atividades agropecuárias que antes eram centrais nas comunidades. A substituição gradativa das plantações de milho e feijão por cultivos diversos, e a troca do gado bovino por cabras, galinhas e ovelhas tem garantido uma alimentação rica e de qualidade para as famílias, maior rentabilidade na venda do excedente e manutenção da biodiversidade e da qualidade do solo.

As mulheres, que deram início à dinamização da produção agropecuária nessas comunidades, estão estabelecendo um novo tipo de relação com a natureza, uma relação de respeito e cuidado. Por meio da pesquisa de campo realizada foi possível perceber uma maior preocupação em adotar práticas que respeitem os limites do meio ambiente e contribuam para a preservação da natureza e da biodiversidade. Algumas das práticas observadas foram a recuperação e proteção do solo por meio da utilização de material orgânico, a rotação das culturas e a diminuição do desmatamento da Caatinga. Dessa forma é urgente a necessidade do fortalecimento de políticas públicas que reconheçam a posição das mulheres do campo não apenas como vítimas da crise ambiental, mas sim como idealizadoras de novas estratégias de preservação da natureza e de produção sustentável.

Referências

Andrade, A. P. *et al.* (2006). «Produção animal no bioma caatinga: paradigmas dos “pulsos-reservas”». In: *Anais de Simpósios da 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia*, João Pessoa – PB. Disponível em <http://www.sbz.org.br/reuniaooanual/anais/?idiom=pt>, arquivo 002d.pdf.

ASA, Articulação no Semiárido Brasileiro (2009). *Caminhos para a convivência com o Semiárido*. 5 ed. Recife.

- Baptista, N. de Q.; Campos, C. H. (2013a). “Caracterização do Semiárido Brasileiro”. In Conti, I. L.; Schroeder, E. O. (Orgs). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS.
- Baptista, N. de Q.; Campos, C. H. (2013b). “Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido”. In Conti, I. L.; Schroeder, E. O. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS.
- Barbosa, A. G. (2010). *Sociedade civil na construção de políticas de convivência com o semiárido*. Recife: ASA.
- Braidotti, R. et al. (1994). *Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: para uma síntese teórica*. São Paulo: Instituto Piaget.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, vol. 12, nº 1. Centro de Filosofia e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bursztyn, M. (2004). *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2a. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Carvalho, O. de; EGLER, C. A. G. (2003). *Alternativas de desenvolvimento para o Nordeste semi-árido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Cavalcanti, E. R. (2011). “Educação ambiental e educação contextualizada com base na convivência com o Semiárido”. In Lima, R. da C. C.; Cavalcante, A. de M. B.; Perez-Marin, A. M. *Desertificação e mudanças climáticas no Semiárido Brasileiro*. Campina Grande: INSA-PB.
- Ceará, Secretaria dos Recursos Hídricos (2010). *Programa de ação estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca*, PAE-CE. Fortaleza: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria dos Recursos Hídricos.
- Chacon, S. S. (2007). *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Faria, N. (2009). “Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural”. In Di Sabatto, A. et al. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA.
- Galindo, W. C. M. (2008). *Intervenção rural e autonomia: a experiência da Articulação no Semiárido/ASA em Pernambuco*. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- Gomes, G. M. (2001). *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados Nordestinos*. Brasília, IPEA.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 15 de outubro de 2013 de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm.
- Leal, I. R. et al. (2005). Mudando o curso da conservação da biodiversidade na caatinga do nordeste do Brasil. *Megadiversidade*, vol. 1, nº 1. Conservação Internacional Brasil.
- Marengo, J. A. (2008). Água e mudanças climáticas. *Estudos Avançados*, vol.22 no.63, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 22.
- Medeiros, R. M.; Ribeiro, E. M. (2003). O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, vol. 5, nº 1. Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras.

Melo, H. P. de; Considera, C. M.; Di Sabbato, A. (2005). Os afazeres contam. *Textos para Discussão UFF/Economia*, n. 177. Niterói. Recuperado em 27 de novembro de 2014 de http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD177.pdf.

Melo, H. P. de; Di Sabbato, A. (2006). “Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas”. In Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA/Nead.

Nobre, P. (2011). “Mudanças climáticas e desertificação: os desafios para o Estado Brasileiro”. In Lima, R. da C. C.; Cavalcante, A. de M. B.; Perez-Marin, A. M. *Desertificação e mudanças climáticas no Semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA-PB.

Obermaier, M. (2011) *Velhos e Novos Dilemas nos Sertões: mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação no semiárido brasileiro*. 2011. 154 p. Tese (Doutorado em Planejamento Energético). Programa de Pós-graduação em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rocha, J. C. da (2013). “Soberania e segurança alimentar no Semiárido”. In CONTI, I. L.; Schroeder, E. O. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS.

Rua, M. das G; Abramovay, M. (2000). *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?* Brasília: UNESCO,.

Santos, J. M. dos (2013). “O papel da mulher na produção”. In Conti, I. L.; Schroeder, E. O.; Medaglia, V. R. (Orgs). *Construindo saberes, cisternas e cidadania: formação para a convivência com o Semiárido brasileiro*. Brasília: Editora IABS.

Schistek, H. (2013). “O Semiárido brasileiro: uma região mal compreendida”. In Conti, I. L.; Schroeder, E. O. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS.

Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.18, nº 51, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Schneider, S.; Mattei, L.; Cazella, A. A. (2004). “Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. In Schneider, S.; Silva, M. K.; Marques, P. E. M. (Orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS.

¹ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) permite a compra de alimentos de agricultores familiares, sem a necessidade de licitação, para serem destinados a ações de alimentação sob responsabilidade da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição e para famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social.

² O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa do governo federal que se propõe a oferecer uma alimentação boa e saudável para os estudantes matriculados em escolas públicas. Atualmente no mínimo 30% do valor repassado para os estados por meio do PNAE devem ser utilizados na aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar.